

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	44
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	46

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.687.300.000
Preferenciais	0
Total	1.687.300.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error
#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	4.396.591	4.369.242
1.01	Ativo Circulante	834.819	822.036
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	421.135	398.641
1.01.03	Contas a Receber	39.714	40.003
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.445	4.061
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	371.525	379.331
1.01.08.03	Outros	371.525	379.331
1.01.08.03.02	Outros Ativos Circulantes	1.681	4.487
1.01.08.03.03	Partes Relacionadas	46	162
1.01.08.03.04	Ativo de Contrato de Concessão	334.019	338.769
1.01.08.03.05	Depósitos Vinculados	24.270	24.514
1.01.08.03.07	Sobressalentes	11.509	11.399
1.02	Ativo Não Circulante	3.561.772	3.547.206
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.561.435	3.546.796
1.02.01.04	Contas a Receber	173.095	163.465
1.02.01.04.01	Clientes	0	827
1.02.01.04.03	Conta Escrow	173.095	162.638
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.388.340	3.383.331
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	2.722	2.628
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	1.381	1.394
1.02.01.10.05	Depósitos Vinculados	44.133	42.161
1.02.01.10.06	Ativo de Contrato de Concessão	3.340.104	3.337.148
1.02.03	Imobilizado	234	278
1.02.04	Intangível	103	132

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	4.396.591	4.369.242
2.01	Passivo Circulante	190.992	195.915
2.01.02	Fornecedores	22.905	24.922
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.152	15.359
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.152	15.359
2.01.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	4.814	3.973
2.01.03.01.03	Tributos a Recolher	3.451	3.883
2.01.03.01.04	Encargos Setoriais	4.887	7.503
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	136.184	120.516
2.01.04.02	Debêntures	136.184	120.516
2.01.05	Outras Obrigações	18.751	35.118
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.752	5.928
2.01.05.02	Outros	14.999	29.190
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	14.999	29.190
2.02	Passivo Não Circulante	2.294.300	2.297.493
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.088.448	1.122.855
2.02.01.02	Debêntures	1.088.448	1.122.855
2.02.02	Outras Obrigações	596.693	585.641
2.02.02.02	Outros	596.693	585.641
2.02.02.02.03	Fornecedores	20.972	20.377
2.02.02.02.05	Parcela de Ajuste	575.721	565.264
2.02.03	Tributos Diferidos	597.159	577.708
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	597.159	577.708
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contruição Social Diferidos	289.763	267.858
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	307.396	309.850
2.02.04	Provisões	12.000	11.289
2.03	Patrimônio Líquido	1.911.299	1.875.834
2.03.01	Capital Social Realizado	1.687.300	1.687.300
2.03.04	Reservas de Lucros	146.366	188.534
2.03.04.01	Reserva Legal	64.589	64.589
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	42.168
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	81.777	81.777
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	77.633	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	86.919	172.962	110.085	215.579
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.800	-12.298	-5.630	-11.353
3.03	Resultado Bruto	80.119	160.664	104.455	204.226
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.377	-11.792	-5.609	-12.830
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.304	-13.674	-6.485	-14.622
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	927	1.882	876	1.792
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	72.742	148.872	98.846	191.396
3.06	Resultado Financeiro	-14.864	-44.748	-21.086	-51.500
3.06.01	Receitas Financeiras	16.375	30.930	11.276	23.248
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.239	-75.678	-32.362	-74.748
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	57.878	104.124	77.760	139.896
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.704	-26.491	-18.505	-32.293
3.08.01	Corrente	-3.166	-4.587	-14.052	-26.914
3.08.02	Diferido	-11.538	-21.904	-4.453	-5.379
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	43.174	77.633	59.255	107.603
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	43.174	77.633	59.255	107.603
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,026	0,046	0,035	0,064

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	43.174	77.633	59.255	107.603
4.03	Resultado Abrangente do Período	43.174	77.633	59.255	107.603

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	135.807	243.899
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.897	33.248
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	104.124	139.896
6.01.01.02	Remuneração do Ativo de Contrato de Concessão	-172.844	-174.049
6.01.01.03	Juros sobre debêntures	70.425	69.811
6.01.01.04	Depreciação	43	43
6.01.01.05	Rendimentos sobre Depósitos Vinculados	-3.916	-2.882
6.01.01.06	Provisão e atualização de contingências	746	796
6.01.01.07	PIS e COFINS Diferidos	-1.613	1.302
6.01.01.08	Amortização do custo de transação	2.138	2.139
6.01.01.09	Provisão esperada de credito de liquidação duvidosa	2.794	1.147
6.01.01.10	Provisões de Indisponibilidades	0	-4.955
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	169.165	267.587
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.678	-17.126
6.01.02.02	Partes Relacionadas	-2.060	-2.962
6.01.02.04	Tributos a Compensar	1.522	-89
6.01.02.05	Ativo de Contrato de Concessão	174.638	145.720
6.01.02.06	Parcela de ajuste	0	145.183
6.01.02.07	Fornecedores	-1.422	1.367
6.01.02.08	Tributos a Recolher	-1.881	-3.630
6.01.02.09	Provisões	-35	-1.873
6.01.02.10	Encargos Setoriais	-2.616	1.176
6.01.02.11	Outros Ativos e Passivos	2.807	-65
6.01.02.12	Sobressalentes	-110	-114
6.01.03	Outros	-35.255	-56.936
6.01.03.01	Juros pagos sobre debêntures	-32.130	-34.456
6.01.03.02	Depósitos judiciais	13	44
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuições social pagos	-3.138	-22.524
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	30	94
6.02.01	Aquisição de Intangível	30	94
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-113.343	-307.841
6.03.01	Amortização de Principal de Debêntures	-59.172	-56.211
6.03.02	Depósitos Vinculados	2.187	-4.684
6.03.03	Dividendos Pagos	-56.358	-98.653
6.03.04	Conta Escrow	0	-148.293
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	22.494	-63.848
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	398.641	438.542
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	421.135	374.694

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.687.300	0	188.534	0	0	1.875.834
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.687.300	0	188.534	0	0	1.875.834
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-42.168	0	0	-42.168
5.04.06	Dividendos	0	0	-42.168	0	0	-42.168
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	77.633	0	77.633
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	77.633	0	77.633
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.687.300	0	146.366	77.633	0	1.911.299

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.687.300	0	177.160	0	0	1.864.460
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.687.300	0	177.160	0	0	1.864.460
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-58.019	0	0	-58.019
5.04.06	Dividendos	0	0	-58.019	0	0	-58.019
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	107.603	0	107.603
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	107.603	0	107.603
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.687.300	0	119.141	107.603	0	1.914.044

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	199.879	247.202
7.01.02	Outras Receitas	199.879	247.202
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.607	-14.702
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.607	-14.702
7.03	Valor Adicionado Bruto	186.272	232.500
7.04	Retenções	43	43
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	43	43
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	186.315	232.543
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	30.930	23.248
7.06.02	Receitas Financeiras	30.930	23.248
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	217.245	255.791
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	217.245	255.791
7.08.01	Pessoal	12.299	11.055
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.314	7.570
7.08.01.02	Benefícios	3.582	3.050
7.08.01.03	F.G.T.S.	403	435
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	51.636	62.385
7.08.02.01	Federais	51.594	62.310
7.08.02.02	Estaduais	4	6
7.08.02.03	Municipais	38	69
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	75.677	74.748
7.08.03.01	Juros	72.563	71.950
7.08.03.03	Outras	3.114	2.798
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	77.633	107.603
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	77.633	107.603

Comentário ao Desempenho

Norte Brasil

2º ITR 2025

Destaques



Desempenho operacional de 99,99%, manutenção da excelência operacional



Dívida líquida de R\$ 755,6 milhões
(-11,95% vs 2ºITR|2024)



Pagamento de dividendos de R\$ 56,4 milhões
demonstrando forte geração de caixa na companhia.

Indicadores Financeiros - IFRS			
(em milhares de reais)	2ºITR 2025	2ºITR 2024	Variação
Receita operacional líquida	172.962	215.579	(19,77%)
Custos e despesas operacionais	(25.972)	(25.975)	(0,01%)
EBITDA – CVM n° 527 (*)	148.915	191.439	(22,21%)
EBITDA Ajustado (**)	149.860	193.735	(22,65%)
Margem EBITDA	86,1%	88,8%	(2,71) p.p
Margem EBITDA AJUSTADO	86,6%	89,9%	(3,22) p.p
Resultado Financeiro	(44.748)	(51.500)	(13,11%)
Lucro líquido	77.633	107.603	(27,85%)
Dívida Bruta	1.245.113	1.297.861	(4,06%)
Caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados	489.538	439.774	11,32%
Dívida Líquida (***)	755.575	858.087	(11,95%)
Dívida Líquida/EBITDA (últimos 12 meses)	3,2	2,3	40,83%
Dívida Líquida/EBITDA AJUSTADO (últimos 12 meses)	2,7	2,2	19,14%

(*) EBITDA padrão da CVM de acordo com a Instrução CVM n° 527 e EBITDA ajustado desconsiderando os impactos dos Itens não recorrentes.

(**) **Itens não recorrentes** são ocorrências extraordinárias que afetaram o resultado no período. Algumas despesas são incorridas por razões que não envolvem as operações normais de negócios e consequentemente, não afetam o ciclo operacional da Companhia.

(***) Dívida Líquida: A dívida líquida corresponde aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa, TVM, aplicações financeiras e depósitos vinculados. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Sobre a Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

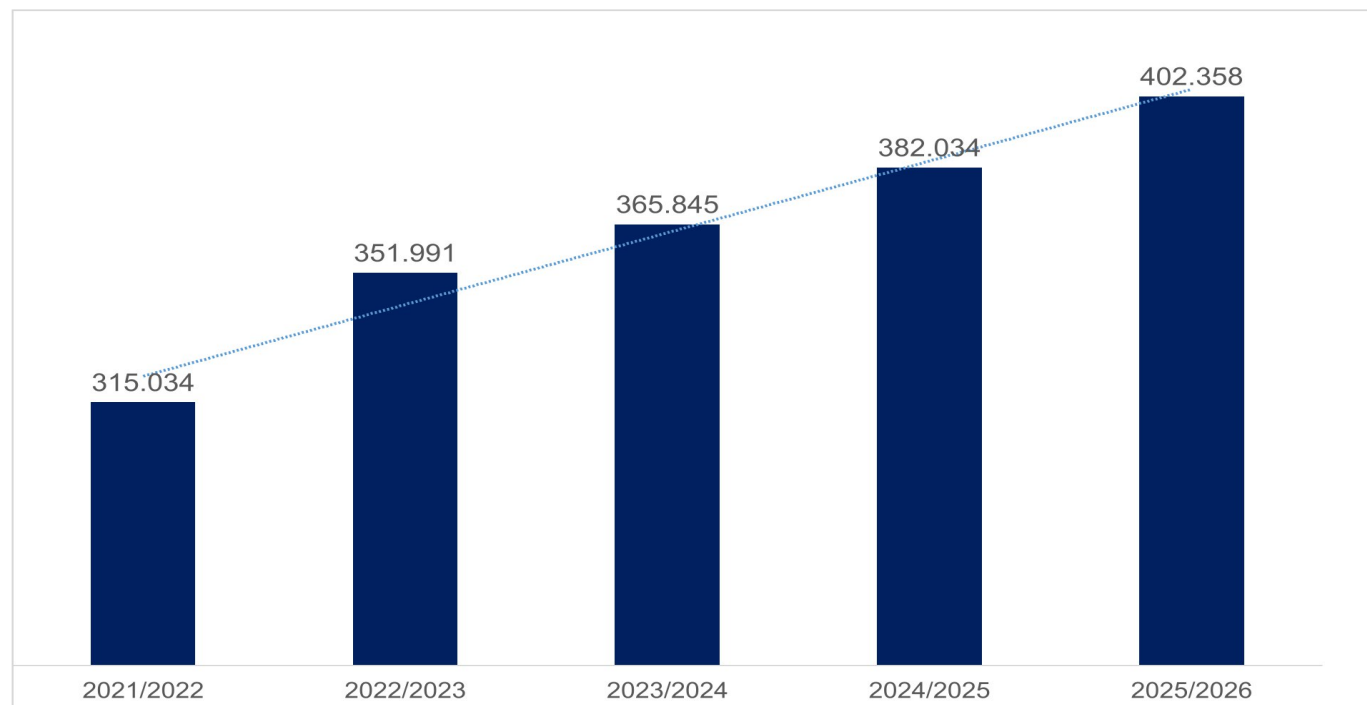
A Norte Brasil S.A. ("NBTE") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 007/2008 – ANEEL de 26 de fevereiro de 2009, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão de corrente contínua, na tensão de ± 600 kV, com extensão de 2.411 km, tendo origem na subestação Coletora Porto Velho, localizada no estado de Rondônia e término na subestação Araraquara 2, localizada no estado de São Paulo. A linha de transmissão atravessa 85 municípios em 5 estados: Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, sendo uma das maiores linhas do mundo.

A Evoltz Participações S.A., sociedade controlada por fundos geridos pelo Ontario Teachers' Pension Plan Board, detém o controle da Companhia. Abaixo o resumo da concessão:

Receita Anual Permitida

Nome	Extensão (KM)	Linha de Transmissão	RAP Ciclo 24-25 (R\$ milhões)	Data de Despacho	Início da Concessão	Fim da Concessão
NBTE	2.411 Km	LT CC 600kV Porto Velho / Araraquara	382.034	26/02/2009	04/11/2014	25/02/2039

Evolução da RAP nos últimos ciclos

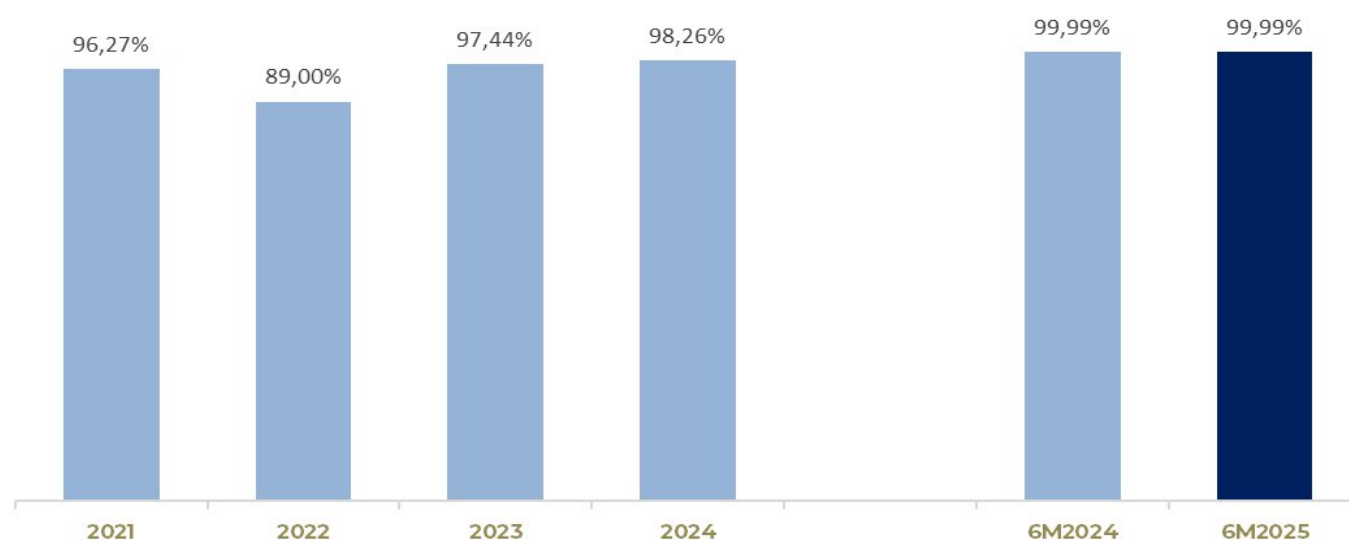


Comentário ao Desempenho

Norte Brasil

Desempenho operacional

Índice de disponibilidade

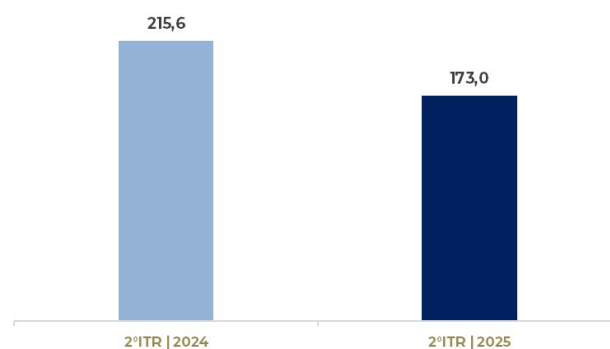


A Norte Brasil Transmissora evidencia competência técnica e alto desempenho na manutenção da disponibilidade de seus ativos, o que reforça sua eficiência operacional. No 2º trimestre de 2025, a companhia alcançou uma disponibilidade acumulada de 99,99%, apresentando média superior ao SIN e aos limites estabelecidos pela ANEEL.

Desempenho econômico-financeiro

Receita Operacional líquida - IFRS

A **Receita Operacional Líquida** encerrou o segundo trimestre de 2025 com o total de **R\$ 173,0 milhões** sendo uma redução de **R\$ 42,6 milhões** comparado ao mesmo período de 2024. Essa redução refere-se basicamente à contração do índice de inflação (IPCA) ajustado na revisão do fluxo do ativo de contrato, por meio da revisão tarifária periódica da Companhia em 16 de julho de 2024.



Comentário ao Desempenho

Norte Brasil

Custos e Despesas operacionais:

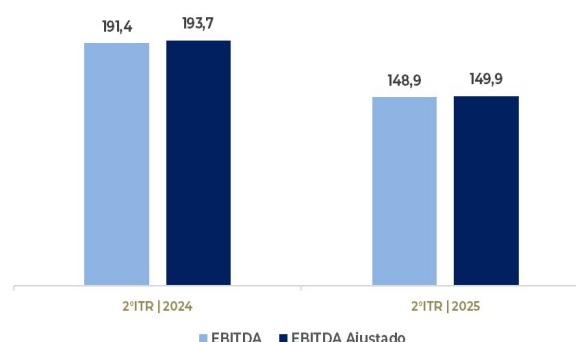
Custos e despesas operacionais	2º ITR 2025	2º ITR 2024	Variação
Pessoal	(12.299)	(11.055)	11,25%
Serviços de terceiros	(8.334)	(9.687)	(13,97%)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(2.794)	(1.184)	135,98%
Outros	(2.545)	(4.049)	(37,14%)
Total	(25.972)	(25.975)	(0,01%)

Os custos e despesas operacionais encerraram o segundo trimestre de 2025 no montante total de **R\$ 26,0 milhões**, se mantendo em linha comparado ao mesmo período de 2024. Podemos destacar as despesa incorridas: i) em 2024 de R\$ 1,5 milhão de honorários advocatícios pagos após desfecho favorável; e ii) variação na constituição de provisão para devedores duvidosos sobre os AVCs complementares de clientes sem garantia de R\$ 1,5 milhão em 2025.

EBITDA

O **EBITDA** foi de **R\$ 148,9 milhões** no segundo trimestre de 2025, representando uma **redução de 22,2%** em relação aos **R\$ 191,4 milhões** apurados no mesmo período de 2024, basicamente ao impacto da revisão no fluxo de ativo de contrato supracitado.

O **EBITDA Ajustado** é impactado principalmente pelas atualizações das contingências da Companhia.



Resultado Financeiro	2º ITR 2025	2º ITR 2024	Variação
Receita Financeira	26.686	20.252	31,77%
Juros sobre debêntures	(70.425)	(69.811)	0,88%
Custo de transação	(2.138)	(2.139)	(0,05%)
Outras receitas e despesas financeiras, líquidas	1.129	198	470,20%
Total	(44.748)	(51.500)	(13,11%)

Endividamento

No segundo trimestre de 2025 a dívida bruta encerrou no montante de R\$ 1,2 bilhão, e desta forma uma redução de R\$ 52,7 milhões em relação ao mesmo período de 2024. Tal redução se refere principalmente as amortizações realizadas no período, no montante total de R\$ 138,1 milhões compensada parcialmente pelos juros incorridos nos últimos 12 meses.

A dívida líquida atingiu R\$ 755,6 milhões, com o indicador de alavancagem medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA alcançando 3,2x, um aumento de 1,0 p.p. Ao expurgarmos o efeito pelo caixa obtido em detrimento ao cumprimento a uma decisão judicial, o indicador de alavancagem fica 4,8x, configurando-se em um aumento de 1,7 p.p em relação ao registrado no mesmo período de 2024.

Governança corporativa

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa, contando com Conselho de Administração e Auditoria Externa.

Diretoria Executiva é formada por três diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, que acumula a função de Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Operações e Manutenção, eleitos para cumprir mandato unificado de dois anos, os quais exercerão suas funções nos termos das atribuições estabelecidas no Estatuto Social.

O Conselho de Administração ("CA") é formado por três membros titulares. O CA é responsável: (i) por estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia, (ii) por eleger e destituir os membros da Diretoria, além de supervisionar o exercício de suas funções (iii) por manifestar-se sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as contas da diretoria, elaborados ao término de cada exercício social, dentre outras funções.

A Companhia também possui mecanismos e práticas de prevenção, detecção de fraudes e atos ilícitos, por meio de políticas e ações, como políticas de Compliance, Anticorrupção e Prevenção a fraudes, Canal de denúncias e Código de conduta e Ética Profissional.

Notas Explicativas

norte brasil

transmissora de energia s.a.

grupo evoltz

Informações Financeiras Trimestrais
30 de junho de 2025

Notas Explicativas

norte brasil

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações dos valores adicionados	8

Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1. Contexto operacional.....	9
2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis relevantes.....	9
3. Caixa e equivalentes de caixa.....	11
4. Contas a receber.....	11
5. Partes relacionadas.....	11
6. Tributos.....	12
7. Ativo de contrato de concessão.....	12
8. Depósitos vinculados.....	14
9. Fornecedores.....	14
10. Debêntures.....	15
11. Provisões.....	17
12. PIS e COFINS diferidos.....	19
13. Imposto de renda e contribuição social.....	19
14. Parcela de ajuste.....	20
15. Patrimônio líquido.....	21
16. Receita líquida.....	22
17. Custos e Despesas operacionais.....	23
18. Resultado financeiro.....	23
19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	23
20. Aspectos ambientais.....	27
21. Seguros.....	27

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Outros assuntos*Demonstração do valor adicionado*

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado - DVA referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

As informações financeiras intermediárias referidas anteriormente incluem informações financeiras correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado relativos ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, obtidas das informações financeiras intermediárias daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, obtido das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação. A revisão das informações financeiras intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2024 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatórios de revisão e de auditoria com datas de 8 de agosto de 2024 e 20 de fevereiro de 2025, respectivamente, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº PR 050422/O-3

Notas Explicativas

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro 2024

Em milhares de reais

	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	421.135	398.641
Depósitos vinculados	8	24.270	24.514
Contas a receber	4	39.714	40.003
Tributos a recuperar	6	2.445	4.061
Ativo de contrato de concessão	7	334.019	338.769
Sobressalentes		11.509	11.399
Partes relacionadas	5	46	162
Outros ativos		1.681	4.487
		834.819	822.036
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a Receber	4	-	827
Conta Escrow	14.1	173.095	162.638
Depósitos vinculados	8	44.133	42.161
Depósitos judiciais		1.381	1.394
Tributos a recuperar	6	2.722	2.628
Ativo de contrato de concessão	7	3.340.104	3.337.148
Imobilizado		234	278
Intangível		103	132
		3.561.772	3.547.206
Total do ativo		4.396.591	4.369.242
Passivo e Patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	9	22.905	24.922
Debêntures	10	136.184	120.516
Tributos a recolher	6	3.451	3.883
Dividendos a pagar	15.3	14.999	29.190
Partes relacionadas	5	3.752	5.928
Encargos setoriais		4.887	7.503
PIS e COFINS diferidos	12	4.814	3.973
		190.992	195.915
Não circulante			
Fornecedores	9	20.972	20.377
Debêntures	10	1.088.448	1.122.855
Provisões	11	12.000	11.289
PIS e COFINS diferidos	12	307.396	309.850
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	289.763	267.858
Parcela de ajuste	14	575.721	565.264
		2.294.300	2.297.493
Patrimônio líquido			
Capital social	15	1.687.300	1.687.300
Reserva legal		64.589	64.589
Reserva de incentivos fiscais		81.777	81.777
Reserva de lucros		-	42.168
Lucro do período		77.633	-
		1.911.299	1.875.834
Total do passivo e patrimônio líquido		4.396.591	4.369.242

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto lucro por ação

	Nota	Trimestre findo em		Semestre findo em	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Receita líquida	16	86.919	110.085	172.962	215.579
Remuneração dos ativos da concessão, líquida		86.411	87.189	172.844	174.049
Receita operação e manutenção, deduções e outras, líquidas		508	22.896	118	41.530
Custos de serviços prestados	17	(6.800)	(5.630)	(12.298)	(11.353)
Lucro bruto		80.119	104.455	160.664	204.226
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	17	(8.304)	(6.485)	(13.674)	(14.622)
Outras receitas operacionais, líquidas		927	876	1.882	1.792
		(7.377)	(5.609)	(11.792)	(12.830)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		72.742	98.846	148.872	191.396
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	18	16.375	11.276	30.930	23.248
Despesas financeiras	18	(31.239)	(32.362)	(75.678)	(74.748)
		(14.864)	(21.086)	(44.748)	(51.500)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		57.878	77.760	104.124	139.896
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes		(3.166)	(14.052)	(4.587)	(26.914)
Diferidos	13	(11.538)	(4.453)	(21.904)	(5.379)
		(14.704)	(18.505)	(26.491)	(32.293)
Lucro líquido do período		43.174	59.255	77.633	107.603
Resultado básico e diluído por ação		0,026	0,035	0,046	0,064

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

norte brasil

Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Lucro líquido do período	43.174	59.255	77.633	107.603
Outros componetes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	43.174	59.255	77.633	107.603

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras intermediárias.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total Patrimônio líquido
			Dividendos adicionais propostos	Reserva legal	Reservas de incentivos fiscais		
Em 31 de Dezembro de 2023		1.687.300	58.019	57.390	61.751	-	1.864.460
Lucro líquido do período		-	-	-	-	107.603	107.603
Dividendos adicionais aprovados		-	(58.019)	-	-	-	(58.019)
Em 30 de junho de 2024		1.687.300	-	57.390	61.751	107.603	1.914.044

	Nota	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total Patrimônio líquido
			Dividendos adicionais propostos	Reserva legal	Reservas de incentivos fiscais		
Em 31 de Dezembro de 2024		1.687.300	42.168	64.589	81.777	-	1.875.834
Lucro líquido do período		-	-	-	-	77.633	77.633
Dividendos adicionais aprovados	15.3	-	(42.168)	-	-	-	(42.168)
Em 30 de junho de 2025		1.687.300	-	64.589	81.777	77.633	1.911.299

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	30/06/2025	30/06/2024
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro antes imposto de renda e da contribuição social		104.124	139.896
Ajustes de:			
Remuneração do ativo de contrato da concessão	7	(172.844)	(174.049)
Juros sobre debêntures	10	70.425	69.811
Amortização dos custos de transação	10	2.138	2.139
Rendimento sobre depósitos vinculados		(3.916)	(2.882)
Depreciação e amortização		43	43
Provisão e atualização de contingências		746	796
Provisão de crédito para liquidação duvidosa		2.794	1.147
Provisão de parcela variável por indisponibilidade		-	(4.955)
Pis e Cofins diferidos		(1.613)	1.302
Variação no capital circulante:			
Contas a receber		(1.678)	(17.126)
Partes relacionadas		(2.060)	(2.962)
Tributos a recuperar		1.522	(89)
Ativo de contrato de concessão	7	174.638	145.720
Sobressalentes		(110)	(114)
Fornecedores		(1.422)	1.367
Tributos a recolher		(1.881)	(3.630)
Provisões	11	(35)	(1.873)
Encargos setoriais		(2.616)	1.176
Parcela de ajuste		-	145.183
Outros ativos e passivos		2.807	(65)
Caixa gerado nas operações		171.062	300.835
Impostos de renda e contribuição social pagos		(3.138)	(22.524)
Juros pagos sobre debêntures	10	(32.130)	(34.456)
Depósitos judiciais		13	44
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		135.807	243.899
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Baixa de imobilizado e intangível		30	94
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		30	94
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Depósitos vinculados		2.187	(4.684)
Conta Escrow		-	(148.293)
Amortização de principal de debêntures	10	(59.172)	(56.211)
Pagamento de dividendos		(56.358)	(98.653)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		(113.343)	(307.841)
Aumento líquido no Caixa e equivalentes de caixa		22.494	(63.848)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		398.641	438.542
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		421.135	374.694
Aumento líquido no Caixa e equivalentes de caixa		22.494	(63.848)

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Demonstrações dos valores adicionados para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	30/06/2025	30/06/2024
Receitas		199.879	247.202
Remuneração do ativo de contrato de concessão	16	172.844	174.049
Receita de operação e manutenção	16	16.318	13.616
Outras receitas		10.717	59.537
Insumos Adquiridos de Terceiros		(13.607)	(14.702)
Serviços de terceiros		(8.334)	(9.687)
Materiais, energia e outros		(5.273)	(5.015)
Valor adicionado bruto		186.272	232.500
Depreciação e amortização		43	43
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		186.315	232.543
Valor adicionado líquido recebido em transferência		30.930	23.248
Receitas financeiras	18	30.930	23.248
Valor adicionado total a distribuir		217.245	255.791
Pessoal		12.299	11.055
Remuneração Direta		8.314	7.570
Benefícios		3.582	3.050
FGTS		403	435
Impostos, taxas e contribuições		51.636	62.385
Federais		51.594	62.310
Estaduais		4	6
Municipais		38	69
Remuneração de capital de terceiros		75.677	74.748
Encargos da dívida	18	72.563	71.950
Outros		3.114	2.798
Remuneração de capital próprio		77.633	107.603
Resultado do período		77.633	107.603
Valor adicionado total distribuído		217.245	255.791

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. ("Norte Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, CNPJ nº 09.625.321/0001-56, de capital aberto, domiciliada no Brasil, com endereço no Rio de Janeiro/RJ, constituída em 6 de maio de 2008, tendo como objeto social, único e exclusivo, a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão Coletora Porto Velho (RO) - Araraquara C2 (SP), nº 2, em Corrente Contínua, em 600kV bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Norte Brasil encontra-se em operação comercial desde 4 de novembro de 2014, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

1.1. Concessão

A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 016/2009 – ANEEL de 26 de fevereiro de 2009, pelo prazo de 30 anos, contados a partir da data de sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica caracterizadas no Anexo 6G-CC do Edital do Leilão 007/08-ANEEL.

O prazo de duração da Companhia é determinado, por ser limitado pela conclusão do seu objeto social, que se realizará após o fim da concessão outorgada à Companhia nos termos do Contrato de Concessão nº 016/2009-ANEEL ("Contrato de Concessão"), celebrado em 26 de fevereiro de 2009, entre a União e a Companhia, podendo tal concessão ser renovada nos termos do Contrato Concessão.

Em 16 de julho de 2024, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.348, homologou a nova Receita Anual Permitida – RAP com impacto da Revisão Tarifária Periódica (RTP) para o ciclo 2024/25 de R\$ 382.034 (R\$ 365.845 para o ciclo 2023/2024), com período de vigência de julho de 2024 a junho de 2025. Adicionalmente, em 15 de julho de 2025 através da REH 3.481, foi aprovado a nova Receita Anual permitida – RAP para o ciclo 2025/26 no montante de R\$ 402.358.

A linha de transmissão da Companhia foi disponibilizada para operação comercial em 25 de setembro de 2014. O Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS oficializou a entrada em operação comercial em 4 de novembro de 2014. Em dezembro de 2017, a linha de transmissão da Companhia foi definitivamente conectada ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis relevantes

As políticas contábeis relevantes aplicadas na preparação destas informações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação e apresentação

Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As informações financeiras intermediárias foram apresentadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

As informações financeiras intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva em 07 de agosto de 2025.

Estas demonstrações financeiras apresentam informações comparativas com o exercício anterior.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de informações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as informações financeiras intermediárias, estão divulgadas na Nota 3 das demonstrações financeiras de 2024.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações financeiras intermediárias são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a de apresentação da Companhia.

2.3. Políticas contábeis relevantes

Na elaboração das informações intermediárias, as práticas contábeis relevantes adotadas estão uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, exceto pela adição das novas normas e interpretações efetivas a partir de 1 de janeiro de 2025. Desta forma, essas informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo de 31 de dezembro de 2024.

2.4. Novas normas e interpretações e vigentes

(a) Revisadas e vigentes:

- CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
- CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

(b) Revisadas e não vigentes:

- CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas
- IFRS S1 – Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade
- IFRS S2 – Divulgação de Informações Climáticas
- IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras
- IFRS 19 – Subsidiária sem Responsabilidade Pública: Divulgação
- CPC 48 e CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumento Financeiro

A administração da Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas informações financeiras intermediárias revisadas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2025	31/12/2024
Recursos em conta corrente	92	211
Aplicações financeiras (i)	421.043	398.430
	421.135	398.641

- (i) Referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados por uma taxa média de 100,30% do CDI (97,57% em 31 de dezembro de 2024), de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra pelas instituições financeiras, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Contas a receber

	30/06/2025	31/12/2024
Concessionárias e permissionárias	60.218	58.540
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (i)	(20.504)	(17.710)
	39.714	40.830
Circulante	39.714	40.003
Não circulante	-	827

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	30/06/2025	31/12/2024
A vencer	35.256	35.121
Vencidos até 360 dias	10.278	12.146
Vencidos mais de 360 dias	14.684	11.273
	60.218	58.540

- (i) A Companhia na condição de agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Entretanto alguns agentes do sistema questionam judicialmente os saldos faturados e julgam os respectivos débitos como imprevistos. Em virtude do desfecho desfavorável destas discussões a Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

5. Partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	30/06/2024
Evoltz Participações S.A (i)	-	-	3.752	5.928	(15.612)	(14.690)
Evoltz IV (ii)	7	27	-	-	22	-
Evoltz V (ii)	3	11	-	-	19	-
Evoltz VI (ii)	4	14	-	-	24	-
Evoltz VII (ii)	2	7	-	-	13	-
Evoltz VIII (ii)	1	5	-	-	8	-
Manaus Transmissora (ii)	29	98	-	-	169	-
	46	162	3.752	5.928	(15.357)	(14.690)

- (i) O Grupo Evoltz mantém o contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos com suas partes relacionadas, aprovado e homologado pela ANEEL por meio do Despacho Nº 754, de 21 de março de 2022 tendo como critério de alocação do rateio a Receita Anual Permitida – RAP.

- (ii) Refere - se aos gastos cooperativos de projetos de P&D, no qual, a Norte Brasil é proponente, e as demais companhias são cooperadas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As transações com partes relacionadas são decorrentes de operações normais da Companhia, não se constituindo como empréstimos ou transações não usuais. Sobre os saldos em aberto não há incidência de juros e atualização monetária.

b) Remuneração do membros-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores e conselheiros. A remuneração paga ou a pagar ao membros-chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	30/06/2025	30/06/2024
Salários e honorários	2.466	2.101
Encargos Sociais	493	375
	2.959	2.476

6. Tributos

a) A recuperar

Circulante

	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social (i)	2.419	4.048
Outros tributos a recuperar	26	13
	2.445	4.061

(i) A Administração apresentou à Receita Federal do Brasil (RFB) pedidos de restituição dos créditos tributários decorrentes dos saldos negativos de imposto de renda e contribuição social do ano calendário 2015, e que estão pendentes de deferimento.

Não circulante

	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social	2.722	2.628
	2.722	2.628

b) A recolher

	30/06/2025	31/12/2024
ICMS diferencial a recolher	1	477
PIS e COFINS	3.230	3.146
Outros Impostos a recolher	220	260
	3.451	3.883

7. Ativo de contrato de concessão

Saldos apresentados no balanço patrimonial:

	30/06/2025	31/12/2024
Circulante	334.019	338.769
Não circulante	3.340.104	3.337.148
Total	3.674.123	3.675.917

Notas Explicativas

norte brasil

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo a movimentação do ativo de contrato de concessão:

	30/06/2025	30/06/2024
Saldo Inicial	3.675.917	3.695.151
Remuneração do ativo de contrato de concessão	172.844	174.049
Amortização do ativo de contrato de concessão (i)	(174.638)	(145.720)
Saldo Final	3.674.123	3.723.480

(i) Impacto da Revisão Tarifária Periódica - RTP, homologado através da REH 3.348 a RAP para o ciclo 2024/2025, elevando a RAP no fluxo e consequentemente maiores amortizações.

Contrato de concessão de serviços

A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão (Nota 1):

- Receita Anual Permitida - RAP** - A prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.
- Faturamento da receita de operação, manutenção e construção** - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.
- Parcela variável** - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.
- Ativo de contrato de concessão indenizável** - Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório.
- Renovação ou rescisão** - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Aspectos ambientais** - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de “reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas”, a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de transmissão.
- **Descumprimento de penalidades** - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

8. Depósitos vinculados

A Companhia possui contas reservas vinculadas as obrigações contratuais referentes a 1º emissão de debêntures, cuja remuneração está baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI (Nota 10). A conta reserva do serviço da dívida deverá manter saldo correspondente a próxima prestação a vencer de amortização do principal e juros. A Companhia deposita mensalmente o valor equivalente a um sexto da próxima prestação vincenda. Os recursos possuem destino específico e exclusivo para o serviço da dívida, conforme saldos demonstrados abaixo:

	30/06/2025	31/12/2024
Circulante	24.270	24.514
Não circulante	44.133	42.161
	68.403	66.675

9. Fornecedores

	30/06/2025	31/12/2024
Serviços (i)	43.862	45.296
Outros	15	3
	43.877	45.299
Circulante	22.905	24.922
Não circulante	20.972	20.377

- (i) Refere-se a principalmente a passivo assumido em função de acordo judicial em outubro de 2019, no montante de R\$ 85,4 milhões (R\$ 45 milhões pagos em 2019), sendo o montante de R\$ 40 milhões remanescentes a serem pagos através de confissão de dívida para pagamento em três parcelas assim distribuídas: R\$ 10 milhões pagos em 31.10.2024 (montante atualizado de R\$ 13,4 milhões), R\$ 15 milhões em 31.10.2025 (saldo em curto prazo, montante atualizado de R\$ 21,0 milhões) e R\$ 15 milhões em 31.10.2026 (saldo em longo prazo, montante atualizado de R\$ 21 milhões) que por meio de transferência de direito creditórios será pago para Zonda Fundo de Investimentos corrigido pelo IPCA.

Notas Explicativas

norte
brasil

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Debêntures

	Modalidade	Taxa anual de juros a.a	Vencimento	Moeda	Montante liberado	30/06/2025			31/12/2024		
						Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
1ª emissão	Debêntures	IPCA+7,15%	15/09/2026	R\$	200.000	67.312	32.159	99.471	66.970	62.323	129.293
2ª emissão	Debêntures	IPCA+5,07%	15/11/2030	R\$	1.000.000	73.152	1.072.490	1.145.642	57.826	1.078.871	1.136.697
Subtotal debêntures						140.464	1.104.649	1.245.113	124.796	1.141.194	1.265.990
1ª emissão	Custo de transação					(648)	(163)	(811)	(648)	(485)	(1.133)
2ª emissão	Custo de transação					(3.632)	(16.038)	(19.670)	(3.632)	(17.854)	(21.486)
Total líquido de debêntures						136.184	1.088.448	1.224.632	120.516	1.122.855	1.243.371

Em 15 de setembro de 2013, a Companhia realizou a 1ª emissão de 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais fidejussórias, em duas séries, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 200.000. A oferta restrita teve início no dia 21 de outubro de 2013 e foi encerrada no dia 24 de outubro de 2013 e o montante líquido recebido pela Companhia foi de R\$ 195.230.

Em 15 de novembro de 2020, a Companhia realizou a 2ª emissão de 1.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 totalizando R\$ 1.000.000. Em 28 de dezembro de 2020, a Companhia recebeu o montante líquido de R\$ 963.620. Os recursos obtidos foram destinados à liquidação antecipada da totalidade do saldo devedor pela Companhia do empréstimo junto ao Banco BNDES e quitação antecipada na totalidade de Notas Promissórias, série única, ambos em 29 de dezembro de 2020.

Abaixo segue movimentação das Debêntures:

	30/06/2025	30/06/2024
Saldo inicial	1.243.371	1.291.817
Juros provisionados	70.425	69.811
Amortização de juros	(32.130)	(34.456)
Amortização de principal	(59.172)	(56.211)
Amortização do custo de transação	2.138	2.139
Saldo final	1.224.632	1.273.100

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As parcelas de longo prazo têm vencimento nos seguintes anos:

	2026	2027	2028	2029	Total
Debêntures	75.907	173.344	195.257	660.141	1.104.649

10.2. Garantias concedidas

Para ambas as emissões, as garantias são:

- Cessão fiduciária das ações ordinária nominativas da Companhia, e
- Direitos Creditórios provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica.

Porém para a 2º emissão de debentures, essas garantias são dadas sob condição suspensiva, ou seja, só passam ser dadas em garantia após a liquidação da 1º emissão.

10.3. Cláusulas restritivas ("covenants")

Os principais "covenants" da Companhia referentes às debêntures estão descritos abaixo:

- Redução do capital social da Emissora sem anuência dos Debenturistas;
- Cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, sem a prévia autorização dos Debenturistas;
- Relatório consolidado da memória de cálculo (com todas as rubricas) do ICSD (mínimo 1,30). Referido índice financeiro, são calculados a partir da (i) razão entre o EBITDA ajustado e o serviço da dívida, maior ou igual a 1,30 até a quitação integral das obrigações previstas na Escritura da 1ª Emissão ou 1,20 após a quitação integral das obrigações previstas na Escritura da 1ª Emissão;
- Protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado não ultrapasse R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para a 1ª Emissão de debêntures e R\$ 30.000 para a 2ª Emissão de Debêntures;
- Alienação e/ou constituição e/ou prestação pela Emissora, de quaisquer ônus, gravames, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade, da Emissora, em benefício de qualquer terceiro;
- Vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira que esteja sujeita a Emissora que não sejam decorrentes desta emissão, em montante igual ou superior a R\$ 20.000 para a 1ª Emissão de debêntures e R\$ 30.000 para a 2ª Emissão de Debêntures, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do inadimplemento;
- Apresentar e divulgar em até 90 dias contados da data do encerramento de cada exercício social as demonstrações financeiras auditadas, acompanhadas do relatório da administração;
- Manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora;
- Manter vigentes as apólices de seguros necessárias para a cobertura do Projeto, conforme as práticas usuais de mercado na data de celebração desta Escritura de Emissão;
- Não conceder mútuos ou financiamentos ou distribuir dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de recursos, a seus acionistas, empresas controladoras ou coligadas, exceto no caso de estar apresentando o ICSD conforme obrigação prevista nas escrituras de debêntures.
- Não constituir, em favor de terceiros, garantias sobre os Direitos Creditórios, com exceção da cessão fiduciária em garantia compartilhada nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Para 1ª emissão de debêntures manter depositado nas Contas Reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Companhia, os valores correspondentes a próxima parcela vincenda de principal e juros;
- Manter sempre válidas e exigíveis as Garantias da Emissão
- Manter o relatório de risco atualizado anualmente até a data de vencimento, bem como divulgar (ou deixar que a agência de rating divulgue) os relatórios com as súmulas das classificações risco
- Não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros, os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na Escritura de Emissão, sem prévia anuência dos Debenturistas

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes estão devidamente observadas e cumpridas pela Companhia até a presente data.

11. Provisões

	30/06/2025	31/12/2024
Ambientais	3.200	3.200
Contingências	8.800	8.089
	12.000	11.289

Provisões ambientais

Referem-se à provisão de contratação de serviços para atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental. Entre os principais destacam-se programas de fauna, educação ambiental, comunicação social, diagnóstico socioambiental, gestão ambiental, reposição florestal, compensação ambiental, dentre outros.

Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza regulatória, trabalhista, ambiental, fundiária e fiscal decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Companhia consubstanciada na avaliação do departamento jurídico interno e na opinião de seus assessores jurídicos externos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Movimentação das provisões

	Ambientais	Contingências	Total
Em 31 de dezembro de 2023	4.889	5.753	10.642
Reversões	461	(904)	(443)
Atualizações	285	954	1.239
Pagamentos (i)	(1.412)	(461)	(1.873)
Em 30 de junho de 2024	4.223	5.342	9.565
Em 31 de dezembro de 2024	3.200	8.089	11.289
Reversões	-	(161)	(161)
Atualizações	-	907	907
Pagamentos	-	(35)	(35)
Em 30 de junho de 2025	3.200	8.800	12.000

(i) Referente principalmente a amortização da condicionante à Licença de operação ambiental nº 1.265 de acordo com cronograma de pagamento encerrado em 30 de julho de 2024 (vide nota 21 – Aspectos ambientais).

b) Passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em processos judiciais com riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, conforme CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	30/06/2025	31/12/2024
Regulatórios (i)	47.819	47.754
Ambientais (ii)	5.518	5.194
Fundiários (iii)	4.848	4.494
Tributários (iv)	3.938	3.596
Trabalhistas	-	323
	62.123	61.361

(i) Refere-se a Recurso Administrativo, com pedido de medida cautelar, interposto pela Companhia, com vistas à suspensão da aplicação da Parcela Variável por Indisponibilidade – PVI sobre as suas receitas, em decorrência de desligamentos provocados pela queda de torres de transmissão entre os dias 13 e 14 de outubro de 2020, ocasionado por eventos climáticos extraordinários, e, no mérito, o cancelamento da aplicação da PVI.

(ii) Refere-se a autos de infração, ainda na esfera administrativa, lavrados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, por danos ao meio ambientais e descumprimento de condicionantes de licenciamento ambiental.

(iii) Ações de indenização fundiária relacionadas à liberação de faixa de servidão da linha de transmissão.

(iv) Referem-se basicamente ao auto de infração exigindo o pagamento de débitos de ICMS – DIFAL referentes a saídas e entradas (respectivamente) de bens transferidos de outros estabelecimentos de sua própria titularidade do Estado de Goiás.

c) Garantias judiciais e fianças

A Companhia oferece garantias como ferramenta de condição legal para circunstâncias específicas. Isso não implica pagamento antecipado, nem reconhecimento da condenação. Em 30 de junho de 2025, a Companhia possui garantias legais para contingências de direito regulatório e fundiário.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. PIS e COFINS diferidos

	30/06/2025	31/12/2024
PIS Diferido	55.698	55.986
COFINS Diferido	256.512	257.837
	312.210	313.823
Circulante	4.814	3.973
Não circulante	307.396	309.850

Os montantes refletem os efeitos fiscais diferidos do PIS e da COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial

	30/06/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias, líquidas	(343.834)	(327.896)
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	54.071	60.038
	(289.763)	(267.858)

b) Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	57.878	77.760	104.124	139.896
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(19.679)	(26.438)	(35.402)	(47.565)
Incentivos fiscais	5.382	8.677	9.323	16.015
Outras adições/(exclusões)	(407)	(744)	(412)	(743)
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no exercício	(14.704)	(18.505)	(26.491)	(32.293)
Correntes	(3.166)	(14.052)	(4.587)	(26.914)
Diferidos	(11.538)	(4.453)	(21.904)	(5.379)
	(14.704)	(18.505)	(26.491)	(32.293)
Alíquota Efetiva	25%	24%	25%	23%

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

O ativo diferido de imposto de renda e contribuição social foram reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses saldos a partir de projeções de resultados tributários futuros preparados pela Administração. Tais projeções foram elaboradas com base em premissas e julgamentos internos, bem como projeções de cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Companhia espera realizar integralmente os IRPJ e CSLL diferidos ativos registrados em 30 de junho de 2025 de acordo com o seguinte cronograma futuro, com base no prejuízo fiscal e base negativa:

	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
IRPJ E CSLL diferidos	6.879	10.442	9.946	9.037	17.767	54.071

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Parcela de ajuste

A Companhia pleiteia judicialmente indenização de 562 dias de Receita Anual Permitida (RAP) não recebidos no início da operação, sendo o montante total pleiteado de R\$ 541.970.

Embora a ação esteja sujeita a recurso, a ANEEL em cumprimento a uma decisão judicial do Tribunal Federal (TRF-1) incluiu um adicional de R\$ 270.985 no processo tarifário de 2022 da Companhia, que corresponde a 50% do montante da indenização, que foi pago em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de setembro/2022 a junho/2023, e os 50% remanescentes no ciclo 2023-2024 da RAP, sendo o montante total atualizado de R\$ 279.044 totalmente pagos em junho de 2024.

Os efeitos dessa decisão foram apurados pela Companhia considerando o CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, dado que não foi homologado o trânsito em julgado da ação, o ativo (Receita) não deve ser reconhecido. Visando a adequação das normas contábeis, a Companhia registrou o ingresso do recurso como “Caixa e equivalentes de caixa”, tendo a sua contrapartida como “Parcela de ajuste”. Concluindo, apesar de corresponder a um acréscimo no ativo da Companhia, o ganho não é certo, permanecendo, assim, a obrigação de não registrar a receita até o trânsito em julgado da ação. A primeira parcela foi recebida em outubro de 2022 via P.A (“Parcela de ajuste”), no AVC referente a setembro de 2022, e assim tem se seguido desde então, mensalmente, finalizado em junho de 2024, totalizando nesta data base R\$ 570.123 (R\$ 565.264 em 31 de dezembro de 2024), líquido dos respectivos efeitos fiscais.

14.1. Conta Escrow

O Contrato de Compra e Venda de Ações (“Contrato”) firmado em 18 de dezembro 2017 entre o acionista da companhia, a Evoltz Participações (“Evoltz”) e a Abengoa Concessões (“Vendedora”) antigo acionista, que tem por objeto a aquisição, pela Evoltz, de participações acionárias de concessionárias de instalações para transmissão de energia elétrica, dentre elas a Norte Brasil (“companhia”) prevê a obrigação da companhia da transferência de quaisquer Ativos Supervenientes à Vendedora, conforme percentuais e montantes especificados nas cláusulas do referido contrato de compra e venda.

O mesmo contrato inclui dentro da definição de ativos supervenientes a ação judicial ajuizada pela Companhia contra a ANEEL que pleiteia o ressarcimento de prejuízos decorrentes de atrasos na entrada em operação.

O referido Contrato ainda estabelece, ao tratar da definição de Ativos Supervenientes, que na medida em que um Ativo Superveniente seja objeto de um litígio, nenhum pagamento será feito à Vendedora a menos e até que uma decisão transitada em julgado seja proferida, outorgando esse Ativo Superveniente em questão de forma definitiva.

Uma vez notificada pela Norte Brasil das movimentações financeiras acima descritas, a Vendedora solicitou à Norte Brasil que passasse a depositar o montante líquido da RAP recebida, nos termos do Contrato que possivelmente caberá à Vendedora em conta garantia de movimentação restrita “Conta Escrow”.

Embora o Contrato não preveja tal obrigação de depósito de tais montantes em Conta Escrow, acordaram as Partes através do instrumento Memorando de Entendimentos celebrado em 2023, que tal medida se afigura a mais adequada para (a) garantir o recebimento pela Vendedora dos valores que eventualmente lhes caibam, e (b) prevenir a eventual geração involuntária de benefícios financeiros às Partes em desacordo com as regras sobre Ativos Superveniente do Contrato. Abaixo seguem os principais termos estabelecidos entre as partes:

- i. Depositar a parcela cabível à Vendedora dos valores já recebidos a título de Acréscimos na RAP, conforme memória de cálculos validada de comum acordo entre as Partes, ressalvadas as hipóteses de suspensão ou pagamento parcial de tais valores, por motivos alheios à vontade da Norte Brasil, até que cesse tal suspensão e/ou seja sanado o inadimplemento.
- ii. Os valores depositados ficarão retidos na Conta Escrow enquanto perdurar a tramitação dos recursos interpostos até transitar em julgado ou houver aprovação de todas as partes para movimentação.

Notas Explicativas

norte brasil

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii. Caso qualquer dos recursos interpostos venha ser julgado improcedente, os montantes depositados deverão ser liberados em favor da Companhia, assim como os seus rendimentos ocorridos no período, tão logo haja provimento judicial para sua devolução.

Em razão das obrigações assumidas entre as partes no referido Instrumento, a companhia procedeu o depósito em Conta Escrow em 30 de janeiro de 2024 no montante de R\$ 112.689. Os depósitos correspondentes a contraparte, foram realizados mensalmente e encerrados em junho de 2024. O montante atualizado em 30 de junho de 2025 é de R\$ 173.095 (R\$ 162.638 em 31 de dezembro de 2024).

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia é representado por 1.687.300.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Quantidade de ações	Participação %
Evoltz Participações S.A.	860.523.002	51,0%
Marambaia Holding S.A. (i)	826.776.995	49,0%
12365359 Canada Inc	1	0,0%
12365341 Canada Inc	1	0,0%
12365367 Canada Inc	1	0,0%
	1.687.300.000	100,0%

(i) Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de abril de 2024, foi aprovada a mudança na denominação social da Leovac Participações S.A. para Marambaia Holding S.A.

15.2. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício social, limitada a 20% do capital social, em atendimento à legislação societária brasileira em vigor.

b) Reserva de retenção de lucros

Constituída com base no lucro líquido remanescente após as destinações do resultado do exercício aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral.

c) Reserva de incentivo fiscal

Incentivo fiscal do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Goiás, concedidos pela SUDAM. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada na demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e a legislação fiscal vigente.

15.3. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de abril de 2025, foi aprovada a distribuição dos dividendos adicionais propostos em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 42.167. Em 27 de maio de 2025, foi realizado pagamento de dividendos no montante de R\$ 56.358.

Notas Explicativas

norte brasil

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15.4. Lucro por ação

O cálculo do lucro básico por ação para o período findo em 30 de junho de 2025 e 2024 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Número de ações ordinárias em circulação no início do período (milhares)	1.687.300	1.687.300	1.687.300	1.687.300
Número de ações ordinárias em circulação ao término do período (milhares)	1.687.300	1.687.300	1.687.300	1.687.300
Lucro líquido do período	43.174	59.255	77.633	107.603
Número médio ponderado das ações ordinárias do período (milhares)	1.687.300	1.687.300	1.687.300	1.687.300
Lucro básico e diluído por ação	0,026	0,035	0,046	0,064

A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que devam ser considerados para o cálculo do resultado por ação diluído referente aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024. Consequentemente, o resultado por ação básico e diluído são iguais.

16. Receita líquida

	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Receita bruta				
Remuneração de ativo de contrato de concessão	86.411	87.189	172.844	174.049
Receita de operação e manutenção	8.159	6.808	16.318	13.616
Outras receitas IFRS (i)	4.912	31.499	8.835	57.745
	99.482	125.496	197.997	245.410
Deduções da receita				
Impostos sobre serviços (PIS e COFINS)	(8.469)	(10.920)	(16.857)	(20.936)
Encargos do setor	(4.094)	(4.491)	(8.178)	(8.895)
	(12.563)	(15.411)	(25.035)	(29.831)
Receita líquida	86.919	110.085	172.962	215.579

(i) Exceto pelo impacto da RTP no fluxo de ativo de contrato de concessão em julho de 2024, a rubrica refere-se basicamente a diferença entre a remuneração do ativo de contrato de concessão projetada e os valores efetivamente recebidos (AVC).

	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Operação e Manutenção - O&M				
- Receita	8.159	6.808	16.318	13.616
- Custos (a)	(6.648)	(5.493)	(11.979)	(10.963)
Margem (R\$)	1.511	1.315	4.339	2.653
Margem percebida (%)	18,5%	19,3%	26,6%	19,5%

(a) Para avaliação das margens de Operação e Manutenção percebidas, estão sendo considerados os custos recorrentes da operação da Companhia. Foram desconsiderados para a base do cálculo os custos não recorrentes de contingências, uma vez que não estão diretamente ligados a operação e manutenção dos ativos de contrato da Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Custos e Despesas operacionais

	Custos			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Pessoal	(2.882)	(2.358)	(4.935)	(4.477)
Serviços de terceiros	(3.207)	(2.494)	(6.004)	(5.351)
Contingências	(152)	(137)	(319)	(390)
Outros custos	(559)	(641)	(1.040)	(1.135)
	(6.800)	(5.630)	(12.298)	(11.353)

	Despesa			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Pessoal	(3.407)	(3.375)	(7.364)	(6.578)
Serviços de terceiros	(1.436)	(1.366)	(2.330)	(4.336)
Contingências	(409)	(61)	(428)	(121)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (i)	(2.795)	40	(2.794)	(1.184)
Outras despesas (ii)	(257)	(1.723)	(758)	(2.403)
	(8.304)	(6.485)	(13.674)	(14.622)

(i) Refere-se aos impactos de provisão de inadimplentes, conforme nota 4.

(ii) Refere-se basicamente ao Auto de Infração sobre uma fiscalização realizada em 2023 pelo órgão regulador recebido em julho de 2024 no montante de R\$ 1.288 e liquidado em julho de 2024.

18. Resultado financeiro

	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Receitas Financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	14.282	9.963	26.686	20.252
Rendimento de depósitos vinculados	1.942	1.270	3.916	2.882
Outras receitas financeiras	151	43	328	114
	16.375	11.276	30.930	23.248
Despesas Financeiras:				
Juros sobre debêntures	(28.779)	(30.046)	(70.425)	(69.811)
Amortização do custo de transação	(1.069)	(1.069)	(2.138)	(2.139)
Outras despesas financeiras	(1.391)	(1.247)	(3.115)	(2.798)
	(31.239)	(32.362)	(75.678)	(74.748)
Resultado Financeiro	(14.864)	(21.086)	(44.748)	(51.500)

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

19.1. Gestão de riscos

As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por projeto, área e sociedade.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

a) Riscos de mercado

É o risco de alterações em variáveis de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

- **Risco de taxa de juros** – Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros sobre a despesa financeira associada as debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras. Em 30 de junho de 2025, o perfil dos passivos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	30/06/2025
Debêntures	1.245.113

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia atuando no segmento de transmissão é atualizada anualmente por índices de inflação- IPCA. Em caso de deflação, a concessionária terá suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação a concessionária poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

b) Riscos de crédito

É o risco de incorrer em perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros. Neste sentido, as principais exposições ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa** – Nota 3

Para controlar o risco de crédito do caixa e equivalentes de caixa, a Companhia possui critérios que estabelecem que as contrapartes devam ser sempre instituições financeiras de 1ª linha e dívida pública de alto nível de qualificação de crédito assim como política estabelecida de limites máximos a investir ou contratar com revisão periódica deles.

- **Contas a receber (concessão do serviço público)** – Nota 4

A Administração entende que há riscos mínimos de crédito em relação aos seus clientes, pois o Contrato de Uso Sistema de Transmissão – CUST, celebrado entre a Companhia e o ONS, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia – CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

A RAP de uma Companhia de transmissão é recebida das companhias que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro e deste modo o risco de crédito é baixo.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política de liquidez e de financiamento da Companhia tem como objetivo assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros.

Os prazos de liquidação dos passivos financeiros não derivativos, como debêntures, estão divulgados na Nota 10. Os saldos relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Companhia como passivo financeiro não derivativo, possuem prazo de liquidação para os próximos 12 meses.

A Companhia tem debêntures que contêm cláusulas restritivas. O não cumprimento destas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia liquide tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxo de pagamentos. Em 30 de junho de 2025, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes foram cumpridas (nota 10).

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento dos principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pela Companhia:

	30/06/2025				
	Até 06 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Partes relacionadas	3.752	-	-	-	3.752
Fornecedores	22.905	-	20.972	-	43.877
Debêntures	104.896	100.667	1.294.189	-	1.499.752
	131.553	100.667	1.315.161	-	1.547.381

19.2. Gerenciamento do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal.

A Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de debêntures assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de debêntures menos o caixa e equivalentes de caixa e dividido por seu patrimônio líquido. A Administração também monitora o nível de dividendos para os acionistas.

O índice de endividamento está apresentado a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Dívida Bruta	1.245.113	1.265.990
Caixa e equivalentes de caixa	(421.135)	(398.641)
Depósitos vinculados	(68.403)	(66.675)
Dívida líquida	755.575	800.674
Patrimônio líquido	1.911.299	1.875.834
Índice de endividamento líquido (Dívida líquida/ PL)	0,40	0,43

19.3. Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros

A seguir a Companhia estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário provável – Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de juros vigentes ao final do exercício.

- Cenário I – Projeção deteriorada em 25% em relação ao cenário provável.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Cenário II – Projeção deteriorada em 50% em relação ao cenário provável.

A Administração entende que o cenário provável em 31 de dezembro de 2025 para o IPCA é de 5,18% conforme expectativa de mercado.

	Valor exposto 30/06/2025	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Debêntures - IPCA	1.245.113	64.497	80.621	96.745

Fonte: IPCA conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana agregada), em 04 de julho de 2025.

19.4. Instrumentos financeiros por categoria

Nota	30/06/2025		31/12/2024	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	3	421.135	-	398.641
Contas a receber	4	-	39.714	-
Depósitos vinculados	8	68.403	-	66.675
Partes relacionadas	5	-	46	-
		489.538	39.760	465.316
Passivos financeiros:				
Fornecedores		-	43.877	-
Debêntures	10	-	1.245.113	-
Partes relacionadas	5	-	3.752	-
		-	1.292.742	-

19.5. Estimativa do valor justo

A Companhia aplica CPC 46 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados adotados no mercado (ou seja, inserções não observáveis).

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

Ativos financeiros	Nível	30/06/2025	31/12/2024
Recursos em conta corrente	2	92	211
Aplicações Financeiras	2	421.043	398.430
Depósitos vinculados	2	68.403	66.675

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Não houve transferências de nível no exercício. A Administração da Companhia entende que os valores justos de seus ativos financeiros se aproximam dos seus valores contábeis.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Aspectos ambientais

A Companhia, em consonância com as determinações legais vigentes, busca o atendimento na íntegra, a todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais necessárias para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção da linha de transmissão.

A licença ambiental vigente expedida à Companhia até a data de aprovação dessas informações financeiras está demonstrada a seguir:

Empreendimento	Órgão ambiental	Tipo de licença	Data de emissão	Vencimento
LT Porto Velho - Araraquara 2	IBAMA	LO Nº 1265/14	27/10/2014	25/10/2020(*)

(*) A solicitação da renovação da licença de operação foi efetuada em 27/04/2020. Conforme a Lei 140/11, artigo 14, se a solicitação de renovação for realizada até 120 antes do vencimento fixado, a licença ficará automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente. A Companhia mantém suas obrigações vinculadas a LO de forma continua sendo reportado anualmente ao IBAMA por meio do relatório de atendimento as condicionantes.

21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Seguradora	Categoria - Ramo	Apólice/ Endosso	Vigência	Limite Indenizável
Chubb Seguros	Responsabilidade civil	16.51.0045330.12	Jan/25 a Jan/26	15.000
Swiss RE	D&O (i)	51101001118	Jul/25 a Jul/26	100.000

(i) Seguro contratado pela holding Evoltz Participações S.A. e pago mensalmente pela Companhia através de notas de débito.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado - DVA referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

As informações financeiras intermediárias referidas anteriormente incluem informações financeiras correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado relativos ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, obtidas das informações financeiras intermediárias daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, obtido das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação. A revisão das informações financeiras intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2024 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatórios de revisão e de auditoria com datas de 8 de agosto de 2024 e 20 de fevereiro de 2025, respectivamente, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº PR 050422/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM NO 480**

Declaramos, na qualidade de Diretores da NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Abelardo Bueno, nº199. Salas 203 e 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ - Brasil, CEP:22775-022, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.625.321/0001-56 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários no 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2025; e

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2025.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2025.

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino
Diretor Presidente

Claudine Furtado Anchite
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM NO 480

Declaramos, na qualidade de Diretores da NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Abelardo Bueno, nº199. Salas 203 e 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ - Brasil, CEP:22775-022, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.625.321/0001-56 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários no 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2025; e

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2025.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2025.

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino
Diretor Presidente

Claudine Furtado Anchite
Diretora Financeira e de Relações com Investidores